

## Sumário

---

Sobre os autores.....	5
Apresentação.....	11

### PARTE I TEORIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. O início do prazo decadencial depende da ciência do fisco sobre o fato tributário?.....	25
CAROLINE TEIXEIRA MENDES	
1. Introdução.....	25
2. Fundamentos jurídicos e princípios da decadência tributária.....	26
3. Prazo decadencial do art. 173, I, do CTN.....	28
3.1. Constituir o crédito tributário.....	29
3.1.1. Incidência da norma jurídica tributária.....	29
3.1.2. Lançamento tributário.....	33
3.2. Exercício seguinte ao que o lançamento poderia ter sido efetuado.....	35
3.3. Quando o contribuinte se omite em seu dever de declarar.....	37
4. Conclusões.....	40
5. Referências.....	41
2. Limites temporais para a compensação tributária no âmbito federal.....	43
RENATA ELAINE SILVA RICETTI MARQUES	
1. Introdução.....	43

2.	Sobre a solução de Consulta 239 – Coordenação-geral de Tributação (Cosit) de 19 de agosto de 2019.....	44
3.	Sobre a Solução de Consulta 1.007 (SRRF0001) – Divisão de tributação das Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (Disit), de 28 de outubro de 2021 .....	48
4.	Sobre o direito constitucional ao indébito tributário .....	49
5.	Prescrição do crédito do contribuinte e sua regulamentação apenas por lei complementar.....	52
6.	Comentários sobre a limitação temporal estabelecida pelas Soluções de Consultas.....	54
7.	Conclusão .....	58
8.	Referências.....	59
3.	As bases de cálculo do diferencial de alíquotas de ICMS .....	61
	SILVIA REGINA ZOMER, FRANCIELLI HONORATO ALVES e YURI ADAN VAZ CORRÊA	
1.	Introdução .....	61
2.	A Regra-Matriz de Incidência Tributária (RMIT).....	63
2.1.	Os critérios da RMIT e a relevância dessa para a ciência do Direito Tributário .....	63
2.2.	Relação entre a base de cálculo e o critério material.....	66
3.	A Regra-Matriz de Incidência Tributária do ICMS .....	68
3.1.	Construção da RMIT do ICMS .....	68
3.2.	O diferencial de alíquotas do ICMS nas operações interestaduais a consumidor final .....	72
3.3.	As alterações prescritas pela Lei Complementar 190/2022 .....	73
4.	O princípio constitucional da capacidade contributiva como limite à competência tributária.....	75
4.1.	Os contornos da capacidade contributiva .....	75
4.2.	Capacidade contributiva nas operações interestaduais de circulação de mercadorias .....	79
5.	Inconstitucionalidade da base de cálculo dupla do DIFAL-ICMS .....	81
6.	Conclusão .....	85
7.	Referências bibliográficas.....	87

4.	Precedentes, diálogos institucionais e <i>compliance</i> tributário .....	89
	VIVIANE LEMES DA ROSA	
1.	Introdução .....	89
2.	O <i>compliance</i> tributário .....	92
3.	O caso: incidência de IRPJ/CSLL sobre incentivos fiscais de ICMS .....	113
4.	Desafios do <i>compliance</i> a partir dos precedentes tributários .....	119
5.	Conclusões .....	128
6.	Referências bibliográficas .....	128
5.	Limitações constitucionais tributárias não impedem a instituição do imposto sobre grandes fortunas .....	133
	SERGIO RICARDO FERREIRA MOTA	
1.	Introdução .....	133
2.	Imposto sobre Grandes Fortunas .....	134
3.	Constituição Federal e tributos .....	136
4.	Limitações constitucionais tributárias .....	138
5.	Limites formais e materiais da tributação .....	140
6.	Princípios constitucionais tributários .....	142
7.	Imunidades tributárias .....	148
8.	Conclusão .....	155
9.	Referências .....	156
10.	Artigos de Jornal .....	159
6.	Responsabilidade tributária do grupo econômico de fato fraudulento e os conceitos jurídicos indeterminados no direito tributário .....	161
	ARI TIMÓTEO DOS REIS JÚNIOR	
1.	Introdução .....	161
2.	Do fundamento jurídico para a responsabilidade das pessoas integrantes do grupo econômico de fato fraudulento: norma de responsabilidade autônoma .....	163
3.	Solidariedade natural e o "interesse comum" como conceito jurídico indeterminado .....	168

4.	O que pensa a doutrina especializada? Uma revisão teórica acerca dos conceitos jurídicos indeterminados.....	169
5.	Nossa posição acerca dos conceitos jurídicos indeterminados.....	178
6.	O "interesse comum" previsto pelo art. 124, I, do CTN, determina a responsabilidade solidária de todas as pessoas integrantes de grupo econômico de fato fraudulento.....	181
7.	Conclusão.....	189
8.	Bibliografia.....	190
9.	Jurisprudência.....	195
7.	A autoria e seus desdobramentos nos delitos tributários: uma análise dogmática a partir do art. 2º, inciso II, da Lei 8.137, de 1990.....	197
	LETÍCIA DE MELLO	
1.	Introdução.....	197
2.	Notas gerais sobre a controvérsia da autoria nos delitos econômicos.....	201
2.1.	Da autoria no delito do art. 2º, II, da Lei 8.137, de 1990.....	208
2.1.1.	Quem pode figurar como autor do delito.....	208
2.1.2.	Quem não pode figurar como autor do delito.....	215
2.2.	Particularidades da autoria nos delitos econômicos.....	215
2.2.1.	Do instrumento doloso não qualificado.....	216
2.2.2.	Da punição dos agentes da participação. As condutas neutras.....	217
3.	Considerações finais.....	224
4.	Referências.....	228
8.	Planejamento tributário: uma análise sob a perspectiva do dever fundamental de pagar tributos e o direito fundamental de economizar tributos.....	231
	PAULA RENATA SILVA CABRAL e BRUNO BARBOSA SARMENTO	
1.	Introdução.....	231
2.	Planejamento tributário.....	232
3.	O dever de pagar tributos: uma obrigação do contribuinte e uma legítima preocupação do estado.....	236

4.	O direito fundamental de economizar tributos.....	240
5.	Conclusão.....	244
6.	Referências.....	245
9.	Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária - Dirbi: O que você precisa saber sobre a nova obrigação acessória - Roteiro de Procedimentos.....	247
1.	A nova obrigação acessória.....	247
2.	Obrigatoriedade.....	247
3.	Dispensa de apresentação.....	248
4.	Prazo e meio de apresentação.....	249
5.	Benefícios abrangidos na declaração.....	249
6.	Penalidades.....	252
7.	Retificação.....	252
8.	Polêmicas sobre a nova declaração.....	253

## CONTEÚDO VISUAL

Proteção do CPF e Permissão para Participar de CNPJ.....	256
--	-----

## PARTE II PROCESSO TRIBUTÁRIO

1.	Fundamentos e parâmetros para a valoração da prova contábil.....	261
	ANTONIO LOPO MARTINEZ	
1.	Introdução.....	261
2.	Princípios para valorar a prova contábil.....	264
2.1.	Princípio da unidade de prova contábil.....	264
2.2.	Princípio da indivisibilidade da contabilidade.....	265
2.3.	Princípio da suficiência e adequação da prova contábil.....	266
3.	Sistema de valoração de prova contábil.....	267
4.	Valoração e crítica das provas no âmbito contábil-fiscal.....	272
4.1.	Análise e valoração das provas contábeis.....	272

4.2.	Influência da conduta processual nas decisões administrativo-tributárias .....	275
5.	Análise da admissibilidade de provas contábeis sem o devido processo legal .....	277
6.	Conclusão .....	282
7.	Referências .....	282
2.	Recuperação judicial, transação tributária e regularidade fiscal .....	285
	EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINHO, ISABELA GERMANO E SILVA E RODRIGO JOÃO GIARETTON	
1.	Introdução .....	285
2.	Considerações sobre o tratamento do crédito tributário no direito da insolvência .....	287
2.1.	Os créditos tributários na recuperação judicial .....	292
3.	A transação tributária para empresas em recuperação judicial .....	296
3.1.	Do litígio aos meios alternativos de resolução de conflitos .....	298
3.2.	A transação tributária na recuperação judicial e a necessária apresentação da certidão de regularidade fiscal .....	299
4.	Conclusão .....	307
5.	Referências .....	309
6.	Legislação .....	312
7.	Jurisprudência .....	312
3.	Negócio jurídico processual: espaço, tempo e campos possíveis de negociação em execução fiscal .....	313
	RODRIGO G. N. MASSUD E DIEGO DINIZ RIBEIRO	
1.	O binômio da cobrança: eficiência arrecadatória <i>versus</i> segurança patrimonial .....	313
2.	Negócio Jurídico Processual e seu contexto no "modelo multiportas" de distribuição da justiça .....	314
3.	Macrossistema processual e microssistema das execuções fiscais .....	319
4.	Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos: a questão dos direitos que admitem autocomposição e a inesgotabilidade criativa negocial .....	320
5.	Espaço e tempo do negócio processual .....	324

6.	Campos possíveis de negociação na execução fiscal .....	325
7.	Conclusão .....	328
4.	Modulação de efeitos e a tese firmada em precedente constitucional tributário: coisa julgada e rescisória.....	329
	CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN e FERNANDA DONNABELLA CAMANO	
1.	Introdução .....	329
2.	Precedente constitucional, produção do direito e modulação de efeitos ...	331
3.	Modulação de efeitos do precedente constitucional, a formação da coisa julgada e sua rescisão .....	338
4.	O Tema 69 e alguns apontamentos.....	348
5.	Conclusões .....	352
6.	Bibliografia.....	354
7.	Jurisprudência.....	357

### PARTE III REFORMA TRIBUTÁRIA

1.	A Zona Franca de Manaus e a reforma tributária: relação sintagmática com a norma de competência tributária.....	361
	MATHEUS LUNIÉRE MARTINS e OSVALDO SANTOS DE CARVALHO	
1.	Introdução .....	361
2.	Relações sintagmáticas no sistema de direito positivo. Derivação e positivação da norma jurídica .....	363
3.	Norma de competência tributária .....	364
4.	Imunidade e norma de competência tributária. Relação sintagmática.....	366
5.	Norma jurídica da Zona Franca de Manaus (ZFM).....	368
6.	Norma jurídica da Zona Franca de Manaus (ZFM). Imunidade .....	370
7.	Reforma tributária e a Zona Franca de Manaus.....	374
8.	Conclusão .....	378
9.	Referências.....	380

2. Perspectivas do federalismo fiscal brasileiro pós-reforma tributária: análise da Emenda Constitucional 132/2023.....	383
FILIPE PIAZZI MARIANO DA SILVA	
1. Introdução .....	383
2. A ausência de autonomia financeira dos Estados federados .....	385
3. Impactos da Emenda Constitucional 132/2023 no federalismo fiscal brasileiro .....	389
4. Propostas para o fortalecimento do federalismo fiscal brasileiro.....	390
5. Conclusões.....	392
6. Referências bibliográficas.....	393
3. A reforma tributária e o novo marco da tributação ambiental .....	395
ARTHUR MARIA FERREIRA NETO	
1. Introdução .....	395
2. O novo marco da tributação ambiental introduzido pela Reforma Tributária.....	400
2.1. Novos tributos com feição ambiental.....	401
2.2. Regimes tributários favorecidos e concessão de benefícios fiscais com motivação ambiental.....	407
2.3. Mecanismos de distribuição financeira de recursos públicos com base em critérios ambientais.....	410
3. Conclusão .....	411
4. Referências bibliográficas.....	412
4. Reforma Tributária – Breve resumo sobre os principais pontos da reforma que envolvem a extinção do PIS, COFINS, ICMS e ISS e a criação do IBS, CBS e Imposto Seletivo .....	415
I. Introdução .....	415
II. Tributos abrangidos.....	416
III. Novos Tributos.....	416
IV. Modelo IVA.....	417
V. Alíquotas .....	419
VI. Regimes diferenciados – Redução de 60%.....	419



---

VII. Regime Diferenciado - Redução de 30% - Profissão Intelectual.....	421
VIII. Redução de alíquota em 100% ou Isenção.....	421
IX. Regime específico.....	422
X. Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio .....	423
XI. Fase de transição .....	423
XII. Novos Projetos de Lei - 2ª fase da Reforma Tributária.....	424

### CONTEÚDO VISUAL

Reforma Tributária - IBS e CBS Não cumulatividade.....	427
Reforma Tributária - IBS e CBS Não cumulatividade.....	429